

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

RENATO MATOS DA SILVA

**MUDANÇAS NO ENSINO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO
COM A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA**

RIO DE JANEIRO

2021

RENATO MATOS DA SILVA

**MUDANÇAS NO ENSINO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO
COM A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para conclusão do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Orientador: Prof. Dr. Osnir Claudiano da Silva Junior

RIO DE JANEIRO

2021

MUDANÇAS NO ENSINO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO COM A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

Renato Matos da Silva¹, Osnir Claudiano da Silva Junior²

¹Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, ABEn-RJ, ABRADHENF (Brasil). ²Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Laboratório de Pesquisa LAPHE, ABRADHENF (Brasil)

Resumo

Objetivos: Discutir as mudanças na estrutura acadêmica e no ensino da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto com a Implementação da Reforma Universitária de 1968. **Método:** Pesquisa Documental, usando-se da noção de triangulação. **Resultados:** Compreendem os achados em documentos a gênese e o processo de mutação de um ensino de enfermagem mais centrado nas questões biológicas e com um foco maior no desenvolvimento de um profissional mais especializado e competente na pesquisa científica em enfermagem. **Conclusão:** Revisitas a história viabiliza a possibilidade de entender e se preparar para os fenômenos ainda não ocorridos no campo acadêmico, de modo a não repetir os erros já cometidos e garantir um futuro pautado numa enfermagem científica.

Palavras chave: História da Enfermagem. Ensino Superior. Reforma Universitária

Introdução

O ensino de Enfermagem no Brasil teve início com o curso ministrado na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Rio de Janeiro, capital da jovem república brasileira, em 1890¹. Nas décadas seguintes, surgiram outras iniciativas de formação e novos contornos à profissionalização da Enfermagem no país. Um dos avanços mais importantes, sem dúvida, foi a inserção da Enfermagem no rol das profissões universitárias progressivamente a partir dos anos 1930 por meio da entrada das escolas que já existiam nas universidades, criação de escolas de Enfermagem em universidades nascentes ou criação de escolas de Enfermagem nas universidades já existentes.

Em 6 de agosto de 1949 o ensino de Enfermagem foi regulamentado² por meio da promulgação da Lei n.775, esta, definindo os dois níveis básicos para o ensino da categoria: (1) O curso de Enfermagem, a ser realizado em no mínimo três anos; e (2) A criação do curso de Auxiliar de Enfermagem que deveria ser realizado em no mínimo, 1 ano e 6 meses. Adicionalmente, a Lei instituiu por meio de um parágrafo único que durante o prazo de sete anos, a partir da publicação da Lei, seria permitida a matrícula a quem apresentasse qualquer um dos seguintes certificados: o certificado de conclusão do ensino secundário, para o curso de Enfermagem, sendo esse considerado por muitos o marco do ensino de Enfermagem como sendo de nível superior. Entretanto, essa margem temporal de sete anos gerou dúvidas acerca da posição do ensino de Enfermagem como sendo de nível superior pois não deixava claro o objetivo da Lei e nem como ficaria após o intervalo de sete anos; e o certificado de conclusão do ensino primário, para o curso de Auxiliar de Enfermagem.

Posteriormente, em 14 de novembro de 1949, a categoria teve sua primeira reformulação curricular³ por meio do Decreto n. 27426/49 que regulamentou a Lei n.775,

uma vez que tirava do escopo do texto a determinação temporal de sete anos para a apresentação do certificado de conclusão do ensino médio para matrícula no curso de Enfermagem. Ademais, aprovou o regulamento básico para ambos os cursos tanto o de Auxiliar de Enfermagem quanto para o de Enfermagem.

Com o ensino de enfermagem sendo considerado de nível superior, o curso passou a ter mais notoriedade e a ocupar a mesma posição hierárquica dos outros cursos universitários. Pode-se dizer que tal fato contribuiu para que os candidatos buscassem mais o curso de Enfermagem, assim, o número de alunos foi aumentando gradativamente no decorrer dos anos, especialmente após o ano de 1961, no qual observa-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada.

A Reforma Universitária é o objeto da Lei 5.540/68, por intermédio da mesma fixou-se normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Em sua estrutura determinava: a) vedava a duplicação de meios para fins idênticos; b) determinava que o ensino superior lecionado em universidades era intrínseco à pesquisa; c) a organização dos estudos básicos em um sistema comum de unidades; d) unidades próprias para o ensino profissional e para a pesquisa aplicada; e) atividades interescolares; f) órgãos de coordenação central; e g) sistema departamental obrigatório e órgãos setoriais.⁴

Na Enfermagem, entre estas e outras mudanças, podemos citar o aumento do número de vagas para o curso de Enfermagem, a estruturação das escolas em departamentos de ensino, o vestibular unificado e de forma classificativa para instituições e carreiras, a instituição dos ciclos pré-profissional, análogo ao ciclo básico, que ganhariam contorno pelo Parecer 163/72 e Resolução 4/72 do Conselho Federal de Educação.⁵

A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto à época integrava a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG/1969), criada em 1969 por força da Reforma Universitária. Dessa forma, adaptando-se ao novo modelo imposto pela mesma.

Isto posto, articulamos que é necessário a realização de um diálogo entre a sanção e conteúdo das leis referentes à Reforma Universitária de 1968 com as gradativas alterações no ensino de Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

Assim, o objeto deste estudo se delineou nas mudanças acadêmicas da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto ao longo da implementação da Reforma Universitária de 1968 até 1975. Este marco temporal é justificado considerando que o planejamento e execução das mudanças decorrentes da Reforma Universitária na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto não terem se iniciado imediatamente no ano em que foi oficializada.

Portanto, pode-se articular que a análise de experiências passadas, com devida contextualização histórica tem como meta descobrir um novo conhecimento e não necessariamente um resumo do conhecimento já existente, assim, entendendo que o novo conhecimento contribui sempre como ponto de referência para construir novas versões e paralelos, relativos aos fatos históricos⁶.

A proposta e o objetivo deste estudo se pauta em descrever e discutir as mudanças na estrutura acadêmica e no ensino da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto como resultado da implementação da Reforma Universitária, justificando-se o estudo na tentativa de preencher uma lacuna na produção do conhecimento relacionado à interpretação das mudanças ocorridas na estrutura educacional e no funcionamento da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Busca-se compreender a formação de profissionais até a edição da PORTARIA Nº 1.721, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994, do Ministro da Educação e do Desporto Murílio de Avelar Hingel. Esta, responsável por fixar o mínimo de conteúdo e duração do curso de graduação em Enfermagem⁷. Adicionalmente, a necessidade de discussões permanentes sobre educação em Enfermagem para o aperfeiçoamento das diretrizes curriculares e sua implementação.

O primeiro momento foi dedicado à análise das disciplinas ofertadas no período anterior e posterior à implementação da Reforma Universitária, por seleção de uma leitura refinada e analítica, considerando os aspectos históricos nos quais foram produzidos. O segundo momento, à análise das alterações relativas ao planejamento acadêmico institucional, limitando-se aos campos da carga-horária total dos cursos nos programas e na bibliografia utilizada nas disciplinas, e no que refere-se a metodologia, o que tange a teoria e os campos de prática.

Mediante aos dois momentos, as conclusões foram traçadas na perspectiva de identificar todas as mudanças na história social da Enfermagem, depreendendo que a mesma deve ser entendida como aquela que

“lança perguntas ao passado, problematiza acontecimentos e suas vicissitudes. A partir da análise crítica, os historiadores pretendem não somente contar o que aconteceu, mas entender por que determinados fenômenos aconteceram, como se manifestaram.”⁸

Metodologia

Metodologicamente, este estudo trata-se de uma Pesquisa Documental (PD), do tipo descritiva, de abordagem qualitativa e de natureza histórico-social. A PD é um método específico que permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A PD “favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.”⁹ “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”¹⁰. O levantamento bibliográfico será realizado utilizando-se a palavra chave “Reforma Universitária”, por se tratar do ponto histórico central do objeto de estudo, pelas bases de dados especializadas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por ser a fonte onde são publicadas as informações bibliográficas produzidas pelo Ministério da Saúde; Scientific Electronic Library Online (SciELO), por se tratar de um acervo prioritariamente de estudos nacionais; e, Educational Resources Information Center (ERIC), maior acervo de artigos de tema educacional internacional.

Quanto aos descritores para a busca nas bases de dados, em consonância com as questões norteadoras, foram escolhidos: Enfermagem e currículo, dispostos no portal de Descritores em Ciências da Saúde, DeCS/MeSH; e, educação e ensino superior, dispostos no portal Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased). Foi utilizado como operador booleano *and* ligando o termo Reforma Universitária a cada um dos respectivos descritores mencionados anteriormente. O recorte temporal foi delimitado entre os momentos de sanção legal da Reforma Universitária e implementação da mesma na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Foram selecionadas as produções relacionadas à Enfermagem, também, através da filtragem dos autores da produção. Os critérios de inclusão foram: artigos que abordem a temática pesquisada, com disponibilidade *online* e gratuitamente do texto na íntegra, nos idiomas português e espanhol, publicados em periódicos nacionais e internacionais. Numa primeira análise, os artigos que se utilizaram dos termos Reforma Universitária e Saúde, somente como fundamentação teórica, de forma não condizente com os objetivos deste estudo não foram excluídos, a fim de delimitar o marco temporal inicial da implementação da lei, e definir o que se encaixa ou não nos critérios de inclusão, a partir da segunda análise, estes artigos foram excluídos.

Os artigos duplicados foram contados somente uma vez. Para o acesso ao texto completo, foram lançada mão dos seguintes recursos: link disponível diretamente na própria base de dados selecionada e busca no portal do periódico em que o artigo foi publicado.

Após realizadas as buscas nas plataformas, os artigos foram separados sob os critérios de exclusão e inclusão, permitindo a definição do quantitativo final de produções que compuseram o estudo

Foi utilizada também como fonte de dados documentos textuais arquivados no Arquivo Setorial Maria de Castro Pamphiro da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO, tais como as normas expedidas pela FEFIEG e Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ/1976) para a implantação da Reforma Universitária na Fundação, particularmente na Escola de Enfermagem, normas expedidas pela direção da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e dossiês dos alunos e formandos do período em tela, entendendo que “quando se trabalha com arquivos e documentos advindos da administração pública, é bastante pertinente que se conheça minimamente a estrutura e o funcionamento, pelo menos do entorno do objeto estudado”¹¹

Os critérios de inclusão: a) menções a alterações relacionadas à Reforma Universitária no ensino da EEAP, presentes em atas de reuniões; e b) documentos que tratam sobre a situação das disciplinas da instituição no recorte temporal de 1968 a 1975.

Definido o quantitativo de documentos que fizeram parte do grupo do estudo, foi realizada a análise dos documentos utilizando-se da noção de triangulação, que objetiva

“examinar, metodicamente, os documentos para se esforçar por determinar o seu real alcance e tentar medir o grau de confiança que possa ser-lhes concedido, tanto no que são como no que dizem”¹².

Este processo tem como respaldo três fases sucessivas e complementares: (1) Crítica interna do documento, de modo a efetuar uma leitura atenta do texto, procurando interpretá-lo; (2) crítica externa, onde será examinado os aspectos materiais do documento; e, (3) crítica do testemunho, de modo a confrontar o testemunho examinado com outros, independente do primeiro.

Resultados e Discussão

Em 1968 a Lei n.º 5.540 foi promulgada estabelecendo a Reforma Universitária¹³. Essa foi voltada praticamente para as instituições federais de ensino, reforçando a adoção de um modelo único de organização para todo o sistema de ensino superior brasileiro incubindo a responsabilidade de o Conselho Federal de educação fixar o currículo e a duração mínima dos cursos superiores¹⁴. Tal fato, resultou na instituição de um novo currículo para a categoria por meio do parecer 163/72 e da Resolução 4/72, do Ministério de Educação e Cultura, que determinou o ensinamento de Enfermagem com foco nas atividades práticas de ensino, não sendo a carga horária do curso inferior a um terço das partes profissionalizantes¹⁵. Dentro desse cenário, surgiu o estágio supervisionado, este, executado no último ano do curso de forma conjunta com a disciplina de administração aplicada à Enfermagem e as três habilitações que poderiam ser realizadas ao final do curso.¹⁶

A Reforma trouxe concomitante em sua estrutura mudanças consideráveis nas estruturas organizativas do ensino, realizando, basicamente, a extinção das instâncias acadêmicas no qual eram desenvolvidas as atividades mediante acordo de cooperação, as cátedras, sendo estas substituídas pelos departamentos, que, passaram a ser a menor fração da estrutura universitária¹⁴, reunindo professores de um conjunto de disciplinas semelhantes¹⁷. O currículo mínimo passou a ser compreendido em três partes: o pré-profissional, congregando o ensino de Enfermagem junto aos demais estudantes de áreas de conhecimentos afins, sendo administradas as disciplinas relativas ao ciclo básico da área da saúde; o tronco profissional comum ou ciclo profissional, no qual eram oferecidas as disciplinas relativas ao conhecimento

específico da Enfermagem, do campo da saúde biológica à administrativa; e, as habilitações, sendo estas compreendidas em Enfermagem médico-cirúrgica, capacitando o enfermeiro a atuar no campo hospitalar com maior segurança; Enfermagem obstétrica, habilitando legalmente a enfermeira para o exercício da obstetrícia; e, Enfermagem de saúde pública, capacitando o aluno a atuar com maior eficiência nos centros de saúde e ambulatórios. Também foi instituída como uma possibilidade de quarta opção para o aluno a licenciatura em Enfermagem, conferindo o direito ao registro definitivo como professor de 1º e 2º graus.^{14,18}

Documentos localizados no Arquivo Setorial da Maria de Castro Phampiro viabilizaram a identificação de que houveram significativas alterações no quadro de disciplinas ofertadas pelo curso de graduação em Enfermagem na EEAP decorrentes das mudanças instituídas pela Reforma, destacadas na tabela comparativa a seguir, sendo as séries 1ª e 2ª antes da reforma e aos períodos compreendidos entre o 1º e 6º após a reforma.

| | | | |
|----------------------|--------------------------------------|----------------------|-------------------------------------|
| 1ª série - 1965 | Anatomia e Fisiologia | 1º período - 1972 | Anatomia 1 |
| | Ética | | Biofísica 1 |
| | Bioquímica | | Bioquímica 1 |
| | Educação Sanitária | | Citologia |
| | Sociologia | | Estatística 1 |
| | Relações Humanas | | Estudo de Problemas Brasileiros |
| | Fundamentos da Enfermagem | | Fisiologia 1 |
| | Psicologia Geral | | Genética e Biologia |
| | Microbiologia e Parasitologia | | Histologia |
| | Inglês | | 2º período - 1972 |
| | Cultura Religiosa | Embriologia | |
| | História da Enfermagem | Farmacologia | |
| | Farmacologia | Higiene | |
| | Nutrição | Histologia 2 | |
| Saneamento | Microbiologia | | |
| 2ª série - 1966 | Enfermagem Médica | 3º período - 1973 | Parasitologia e Saúde da Comunidade |
| | Inglês | | Sociologia |
| | Deontologia (Ética II) | | Introdução a Ciência da Enfermagem |
| | Epidemiologia | | Introdução a Enfermagem |
| | Higiene Mental | | Exercício da Enfermagem 1 |
| | Enfermagem Cirúrgica | 4º período - 1973 | Enfermagem de Saúde Pública 1 |
| | Bioestatística | | Educação Física |
| | Psiquiatria | | Processos Patológicos Gerais |
| | Doenças Transmissíveis | | Enfermagem Médico-Cirúrgica 1 |
| | Psicologia do Desenvolvimento | | Enfermagem Médica 1 |
| Cultura Religiosa | Enfermagem em Doenças Transmissíveis | | |
| Enfermagem em Centro | Educação Física | | |

| | | | |
|--|---------------------------------------|-------------------|--------------------------------|
| | Cirúrgico | | |
| | Noções de Enfermagem de Saúde Pública | | |
| | Anatomia e Fisiologia | | |
| | | 5º período - 1974 | Nutrição |
| | | | Enfermagem Cirúrgica 1 |
| | | | Enfermagem Materno-Infantil 1 |
| | | | Enfermagem Ginecológica 1 |
| | | | Enfermagem Obstétrica 1 |
| | | | Educação Física |
| | | 6º Período - 1974 | Enfermagem Psiquiátrica 1 |
| | | | Enfermagem Neonatal 1 |
| | | | Enfermagem Pediátrica 1 |
| | | | Didática Aplicada a Enfermagem |
| | | | Educação Física |

Fonte: O autor

Observa-se que houve a intensificação do caráter biomédico do currículo de Enfermagem, entrando em contraponto ao modelo clássico iniciado nas experiências de guerra, ou seja, na educação aristocrática, que conferia acesso a religião, um dos pilares do ritual científico do cuidar na época^{19,20}.

A carga horária mínima do curso de Enfermagem da EEAP, em consonância com a Resolução nº4 do Conselho Federal de Educação, determinou o tempo mínimo de 2500 horas, a serem desenvolvida em no mínimo três anos, acrescidos 500 horas para cada habilitação ou pela escolha da realização da licenciatura em Enfermagem, que foi estabelecida pela portaria 13/69, podendo assim o curso ser realizado em, no máximo, 5 anos^{14,15}. Houve a criação e a implementação do Currículo Experimental do Curso de Auxiliar de Enfermagem da EEAP²¹, autorizado pelo Decreto nº 64.519, de 15 de maio de 1969. No ano seguinte, tendo por escopo normatizar e caracterizar a EEAP como uma Escola própria, foi iniciada a admissão de Auxiliares de Ensino, ato realizado de acordo com a reforma. Em 1972, foi instituído o uso de uniformes para docentes, em classe e em campo de prática, também sendo alterado o modelo dos uniformes dos discentes nos campos de prática.

A análise do regimento do curso experimental de Auxiliar de Enfermagem da EEAP, possibilitou encontrar que o mesmo teve a duração mínima de um ano letivo, sob o regime de internato, e contava com as disciplinas: Introdução à Enfermagem; Fundamentos da Enfermagem e Enfermagem da Comunidade; e, Enfermagem Geral. Além de obrigatórios os estágios em Enfermagem da Comunidade e Enfermagem Geral. Com relação ao curso de licenciatura em Enfermagem da EEAP, foram ofertadas as disciplinas Fundamentos Filosóficos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Psicologia da Educação, Didática, Prática de Ensino, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, Testes e Medidas de Educação, Estudos dos problemas Brasileiros. O curso de auxiliar de Enfermagem da EEAP, em função da prática, acabou subordinado ao curso de licenciatura, tendo em vista o caráter experimental do curso, e a falta de profissionais capacitados para exercer a atividade de docência, de modo a cumprir em sua totalidade a Lei 775/49.

A reforma teve um impacto considerável no crescimento do ensino superior em Enfermagem, houve um acréscimo no número de vagas e o surgiram novas escolas. Entre

1960 e 1974, foram criadas apenas duas escolas de Enfermagem, inseridas em Universidades e vinculadas a Esfera Federal, nos anos seguintes, entre os anos de 1975 até 1977, foram registradas a criação de 22 novos cursos de Enfermagem.^{22,23} Essas inaugurações foram resultadas do crescente aprofundamento operacional do conhecimento, do pluralismo social e da explosão da demanda social por educação superior, incentivados por meio de um programa ligado ao Ministério da Educação e Cultura. O programa mencionado incrementou e estimulou a criação de escolas de Enfermagem no interior das universidades, em função da demanda de profissionais de Enfermagem no país na tentativa de tornar a universidade, antes um órgão de acesso apenas da elite, uma instituição de massa.^{5,24}

Dessa maneira, foi observado um aumento na procura de cursos de Enfermagem no ensino superior, entretanto, havia uma baixa quantidade de vagas ofertadas no vestibular, sendo este, o principal meio de acesso ao ensino superior. Como consequência, as instituições de ensino aumentaram o número de vagas, o que gerou dificuldades na alocação dos alunos no internato (moradia) e nos campos práticos, dificuldades essas também refletidas na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

Quanto às formas de ingresso às instituições de ensino superior de Enfermagem, foi encontrado a exigência do candidato à aprovação em provas do concurso vestibular da área de conhecimentos correspondente¹⁴. As provas poderiam ser realizadas unificadamente para as universidades de forma classificatória, modelo esse instituído pela reforma e que tinha como finalidade principal a racionalização no aproveitamento do número de vagas e admissão do ingresso para determinada área do conhecimento, não para o curso especificamente. Também poderiam ocorrer individualmente em outros estabelecimentos isolados de ensino superior²⁴, sendo esse o modelo adotado pela EEAP.

A Reforma trouxe a implementação da pós-graduação “stricto sensu” na EEAP, por meio da criação do curso de mestrado em Enfermagem em 1973, criada para atender a 3 necessidades: (1) formar professores competentes capacitados que possa atender ao aumento da quantidade de alunos matriculados no ensino superior; (2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio de preparação adequada de pesquisadores a fim estimular a criação de uma Enfermagem técnico-científica; e, (3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais, sendo a organização e o desenvolvimento da pesquisa em Enfermagem no Brasil intimamente ligadas à pós-graduação devido ao seu caráter formativo para com o pesquisador²⁶.

Através da Reforma Universitária a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto passou a ser uma das unidades integradas da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, mais tarde Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, cuja finalidade se baseava em reunir e integrar estabelecimentos isolados do Sistema Federal de Ensino Superior, sob forma jurídica de Fundação²⁷. Assim, garantindo o aumento da visibilidade da instituição e se tornando o prenúncio da Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto como curso de uma faculdade

Conclusão

Ao percorrer as temporalidades e trajetória do ensino de Enfermagem, torna-se possível a compreensão do presente, uma vez que ao voltar nossos olhos para a história, passamos a entender não só o cenário em tela atual com mais clareza, mas compreender suas nuances. A imersão viabiliza a possibilidade de entender e se preparar para os fenômenos ainda não ocorridos no campo acadêmico.

Analisar esse passado é revisitar os vários contrastes assumidos pela Enfermagem até os dias atuais, ou seja, uma ciência com potencial plasticidade. Ademais, é compreender a

qualidade ensino de Enfermagem como o meio principal para o destaque da categoria na comunidade científica.

Dessa forma, a Enfermagem vem ao longo dos tempo desmistificando sua trajetória, tornando o seu aprender e a sua prática pautados em valores significativos para a evolução constante do seu saber. Em nosso entendimento, depreende-se a História da Enfermagem como elemento que desafia o passado, como uma espécie de ferramenta que assegura a continuidade do saber da categoria, a fim de não repetir os erros já cometidos e garantir um futuro pautado na ciência e no seu devido reconhecimento.

Referências

1. MOREIRA, A. A origem da enfermagem brasileira. In GEOVANINI et al. História da enfermagem: versões e interpretações. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
2. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº775, DE 6 DE AGOSTO DE 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L775.htm Acesso em 20 de março de 2021.
3. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 27.426, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1949. Aprova o Regulamento básico para os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d27426.htm. Acesso em 20 de março de 2021
4. BOMENY, Helena. Newton Sucupira e os rumos da educação superior Brasileira: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.
5. BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. Repercussões da reforma universitária de 1968 nas Escolas de Enfermagem Brasileiras. Acta paul. Enferm;12(3):46-50, set.-dez. 1999.
6. POLIT, D. F.; HUNGLER B. P. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.
7. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO GABINETE DO MINISTRO. PORTARIA Nº 1.721, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994. Disponível em http://www.lex.com.br/doc_11078549_portaria_n_1721_de_15_de_dezembro_de_1994 > Acesso em 20 de março de 2021.
8. CAMPOS, P. F. de S. MONTANARI, P. M. História social da enfermagem. In OGUISSO, T. CAMPOS, P. F. de S. FREITAS, G. F. de. (orgs) Pesquisa em história da enfermagem. 2ed. Barueri, SP: Manole, 2011.
9. CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008
10. HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006
11. SILVA JUNIOR, O. C. da. Pesquisa documental. In OGUISSO, T. CAMPOS, P. F. de S.; FREITAS, G. F. de. (orgs) Pesquisa em história da enfermagem. 2ed. Barueri, SP: Manole, 2011.
12. SAINT-GEORGES (1997 p. 42-44) In Como fazer análise documental. Disponível em <http://educaic.blogspot.com.br/2006/10/como-fazer-anlise-documental.html> . Acesso em 28 de março de 2021
13. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras

providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm >; Acesso em 20 de março de 2021.

14. Oguisso, Taka. "A legislação do ensino de graduação em enfermagem." *Revista da Escola de Enfermagem da USP* 10.2 (1976): 202-218.

15. BACKES, Vânia M. S. *Estilo de pensamento e práxis na enfermagem: a contribuição do estágio pré-profissional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

16. COSTA L.M.; GERMANO, R.M. Estágio curricular supervisionado na Graduação em Enfermagem: revisando a história *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.60, n.6, p. 706-10, 2007.

17. LOPES, Luiz Antonio Coelho, and Francesca Ribeiro Bernardes. "Estruturas administrativas das universidades brasileiras." Acesso em 4 (2005)

18. Pinheiro, Maria Rosa S. APLICAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO MÍNIMO AO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 1973, v. 26, n. 4-5

19. STRACHEY, L. *Eminent Victorians*. London: Books, 1986.

20. Padilha, Maria Itayra Coelho de Souza As representações da história da enfermagem na prática cotidiana atual. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 1999, v. 52, n. 3 [Acessado 30 Novembro 2021] , pp. 443-454

21. BRASIL. Secretaria-Geral da Mesa. Secretaria de Informações Legislativas. DECRETO^o 64.519, DE 15 DE MAIO DE 1969. Autoriza o funcionamento de curso de Auxiliar de Enfermagem. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/487155/publicacao/15751430>. Acesso em 17 de junho de 2021

22. MONTEIRO, Bernardo Assis. *Diretrizes e bases da educação nacional e escolas de enfermagem na década de 1960: uma visão histórica*. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração em Serviços de Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.7.2009.tde-20052009-110837.

23. Leonello, Valéria Marli, Miranda Neto, Manoel Vieira de e Oliveira, Maria Amélia de Campos A formação superior de Enfermagem no Brasil: uma visão histórica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* [online]. 2011, v. 45, n. spe2 [Acessado 11 Dezembro 2021] , pp. 1774-1779. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000800024>>. Epub 04 Maio 2012. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000800024>.

24. LOPES, L. A. C.; BERNARDES, F. R. Estruturas administrativas das universidades brasileiras. In *Seminário em Administração da Faculdade de Administração da USP, São Paulo, Anais...* São Paulo, 2005.

25. Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista* [online]. 2006, n. 28 [Acessado 11 Outubro 2021] , pp. 17-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>>. Epub 10 Jul 2007. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>.

26. ALMEIDA, Maria Cecília Puntel. A pós-graduação em enfermagem no Brasil situação atua. *Rev. Lat. Am. Enfermagem*, v. 1, n. 1, p. 43, 1993.

27. Geovanini, T. et al. *História da enfermagem: versões e interpretações*. Rio de Janeiro(RJ): Revinter. 1995